

CARGO T01 – TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.



TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira todos os dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e, em atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Baseado no formato de prova
aplicado pela banca FGU



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátil e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2502278521M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

4º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ministério Público da União

MPU

CARGO:

Técnico do MPU – Administração

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

3/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

3/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

Língua Portuguesa**Letícia Bastos****1**

Com base no trecho abaixo, assinale a alternativa que melhor expressa a ideia central do texto.

"A tecnologia transformou a maneira como nos comunicamos, permitindo uma troca de informações rápida e eficiente. No entanto, essa evolução também trouxe desafios, como a superficialidade das interações e a dependência excessiva das telas."

- (A) A evolução tecnológica melhorou a comunicação, eliminando qualquer impacto negativo nas interações humanas.
- (B) O avanço da tecnologia reduziu significativamente a necessidade de comunicação interpessoal, tornando-a obsoleta.
- (C) As mudanças tecnológicas não influenciaram de forma relevante a maneira como nos comunicamos no dia a dia.
- (D) A tecnologia trouxe benefícios e desafios para a comunicação, mas a dependência das telas não representa um problema real.
- (E) A tecnologia melhorou a comunicação, mas também gerou desafios, como interações superficiais e dependência excessiva.

2

Com base no trecho abaixo, assinale a alternativa que melhor representa a principal crítica do autor no texto.

"O consumo desenfreado impulsionado pelo marketing cria uma ilusão de necessidade, levando indivíduos a adquirirem produtos supérfluos. Essa cultura do excesso impacta não apenas o meio ambiente, mas também o equilíbrio financeiro das famílias."

- (A) O autor defende que o marketing é essencial para incentivar o consumo responsável e equilibrado.
- (B) A crítica principal do texto recai sobre o meio ambiente, ignorando qualquer outra consequência do consumo excessivo.
- (C) O autor argumenta que o marketing incentiva o consumismo desenfreado, gerando impactos ambientais e financeiros.
- (D) O texto sugere que a única solução para o problema do consumo excessivo é a proibição da publicidade.
- (E) A análise apresentada enfatiza que os produtos adquiridos impulsivamente são sempre desnecessários.

3

Com base no trecho abaixo, assinale a alternativa que apresenta a interpretação mais adequada ao que foi expresso pelo autor.

"O tempo avança sem pedir licença, indiferente às nossas vontades e ansiedades. Ainda assim, insistimos em tentar controlá-lo, como se pudéssemos deter sua marcha."

- (A) O autor sugere que o ser humano tem total controle sobre o tempo e pode manipulá-lo conforme suas necessidades.
- (B) O texto enfatiza a inevitabilidade do tempo e critica a ilusão humana de conseguir controlá-lo.
- (C) O trecho argumenta que a passagem do tempo é irrelevante e que o ser humano não deveria se preocupar com isso.
- (D) A citação sugere que, embora o tempo seja imutável, existem maneiras de desacelerar seus efeitos sobre a vida.
- (E) O autor defende que a melhor forma de lidar com o tempo é ignorá-lo completamente e viver sem preocupações.

4

A estruturação do texto é fundamental para a clareza da mensagem transmitida. Com base nisso, assinale a alternativa que melhor representa a relação entre os elementos estruturais de um texto bem-organizado.

- (A) Um texto bem-estruturado dispensa coesão, pois a coerência é suficiente para garantir sua compreensão.
- (B) A organização de um texto deve garantir a progressão lógica das ideias, estabelecendo conexões entre as partes para a construção de sentido.
- (C) A disposição dos parágrafos em um texto pode ser aleatória, pois cada trecho é independente em relação aos demais.
- (D) O desenvolvimento textual ocorre de maneira eficiente quando há a repetição constante dos mesmos termos, para reforçar a ideia principal.
- (E) A estruturação de um texto exige apenas a introdução e a conclusão, sendo o desenvolvimento um elemento opcional.

5

A textualidade é construída a partir de diferentes fatores que garantem a coerência e a progressão das ideias. Considerando esse aspecto, assinale a alternativa que melhor exemplifica o uso adequado das marcas de textualidade.

- (A) A intertextualidade ocorre apenas quando há citação direta de outro texto, sendo essencial o uso de aspas ou referências explícitas.
- (B) A coesão textual permite a articulação entre palavras, frases e parágrafos por meio de elementos gramaticais e lexicais, garantindo a continuidade das ideias.
- (C) A coerência textual depende exclusivamente da gramática correta, pois um texto bem escrito sempre será compreensível.
- (D) A intertextualidade é um recurso restrito a textos acadêmicos e científicos, não ocorrendo em textos do cotidiano.
- (E) A coesão e a coerência são sinônimos, já que ambas tratam da organização das informações no texto.

6

Cada modo de organização discursiva possui características próprias e atende a diferentes finalidades comunicativas. Com base nessa afirmação, assinale a alternativa que apresenta corretamente a característica de um dos modos discursivos.

- (A) O modo argumentativo busca convencer o leitor por meio de raciocínios lógicos e uso de estratégias persuasivas, como a apresentação de fatos e dados.
- (B) A narração tem como principal característica a explicação detalhada de conceitos e fenômenos, com foco na imparcialidade.
- (C) O discurso injuntivo se caracteriza pela exposição de eventos passados de forma ordenada, incluindo personagens e enredo.
- (D) A descrição consiste em apresentar ideias e defender pontos de vista, empregando recursos argumentativos.
- (E) O modo expositivo tem como principal função persuadir o leitor a adotar uma determinada posição ou ação.

7

Os tipos textuais possuem características próprias que determinam sua estrutura e finalidade comunicativa. Considerando essa classificação, assinale a alternativa que apresenta corretamente a função e a característica de um tipo textual.

- (A) O texto publicitário tem como principal característica a imparcialidade e o objetivo de informar o leitor de maneira objetiva e neutra.
- (B) O texto normativo busca persuadir o leitor, utilizando argumentos e opiniões para influenciar decisões.
- (C) O texto propagandístico é essencialmente descriptivo, apresentando características de um objeto ou fenômeno de forma neutra.
- (D) O texto didático tem como principal finalidade instruir o leitor por meio de relatos narrativos e personagens fictícios.
- (E) O texto divinatório está ligado a previsões e interpretações simbólicas sobre eventos futuros, frequentemente baseado em crenças esotéricas.

8

A distinção entre textos literários e não literários baseia-se em aspectos como função, linguagem e estrutura. A respeito dessa diferenciação, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto literário se caracteriza pelo uso de linguagem conotativa e preocupação estética, enquanto o texto não literário tem função informativa e linguagem denotativa.
- (B) Os textos não literários utilizam exclusivamente linguagem figurada para se comunicar com o leitor.
- (C) A função primordial dos textos literários é transmitir dados objetivos sobre a realidade, sem preocupação com subjetividade ou criatividade.
- (D) O texto literário é estruturado apenas em prosa, enquanto os textos não literários são escritos exclusivamente em forma poética.
- (E) A subjetividade e a expressividade são características exclusivas dos textos não literários, não sendo encontradas em produções literárias.

9

- A respeito da tipologia da frase portuguesa, analise as alternativas abaixo e assinale a opção correta.
- "Que surpresa agradável!" – Trata-se de uma frase declarativa afirmativa.
 - "Venha aqui agora." – Essa estrutura corresponde a uma frase exclamativa.
 - "Será que eles conseguirão terminar o projeto a tempo?" – Exemplo de frase interrogativa indireta.
 - "Não fale tão alto!" – É um caso típico de frase declarativa negativa.
 - "Os alunos atentos." – Configura uma frase de natureza imperativa.

10

- Sobre as operações de deslocamento, substituição, modificação e correção na estrutura da frase portuguesa, assinale a alternativa em que a alteração proposta mantém a correção e o sentido original do enunciado.
- "Os alunos entregaram a prova ao professor." → "A prova os alunos entregaram ao professor."
 - "Ela sempre responde às perguntas com paciência." → "Sempre ela responde as perguntas com paciência."
 - "O diretor pediu para que a equipe finalizasse o relatório até amanhã." → "O diretor solicitou que a equipe concluisse o relatório até amanhã."
 - "Com muita rapidez, os policiais resolveram a situação." → "Os policiais resolveram a situação, com muita rapidez."
 - "Maria disse que leria o relatório antes da reunião." → "Maria falou que iria ler o relatório antes da reunião."

11

- Em relação aos problemas estruturais das frases, identifique a alternativa em que há erro na construção sintática, comprometendo a clareza e a correção gramatical.
- "Mesmo sendo tarde, decidiu iniciar o projeto, pois acreditava no resultado."
 - "Os documentos foram entregues pelo advogado ao juiz na audiência de ontem."
 - "É necessário que cada funcionário cumpra suas tarefas conforme o prazo estipulado."
 - "Os alunos compareceram à palestra que abordava sobre os desafios da educação moderna."
 - "O governo propôs medidas econômicas que favorecem o crescimento sustentável do país."

12

- Indique a frase em que a pontuação está empregada corretamente, respeitando as normas gramaticais.
- "Após horas de discussão, finalmente, chegaram a um consenso."
 - "Os alunos atentos ao professor não entenderam a explicação."
 - "João decidiu viajar para o interior, porque, ele queria descansar."
 - "Elas não apenas estudou para a prova mas, também, fez um resumo detalhado."
 - "A palestra foi interessante e cheia de informações úteis, porém dificultou o entendimento, de alguns presentes."

13

- Cada situação comunicativa exige um registro de linguagem adequado ao contexto. Indique a frase que exemplifica corretamente o uso do registro formal.
- "Ei, cara, me dá uma força aqui rapidão!"
 - "Solicito, por gentileza, o envio dos documentos necessários para a análise."
 - "A gente já resolveu tudo e tá de boa agora."
 - "Pô, mano, esse filme foi simplesmente incrível!"
 - "Falou, valeu! Depois a gente se vê."

14

- Cada enunciado pode ser classificado conforme a função da linguagem predominante. Indique a frase em que a função referencial é predominante.
- "Nossa! Esse pôr do sol está maravilhoso!"
 - "A taxa de desemprego no país atingiu 8,4% no último trimestre, segundo o IBGE."
 - "Compre já o seu ingresso e não perca essa promoção imperdível!"
 - "Seja bem-vindo! É um prazer recebê-lo em nossa empresa."
 - "O vento sussurrava segredos entre as árvores da floresta."

15

No processo de comunicação, cada elemento desempenha uma função essencial. Indique a frase em que o canal de comunicação tem um papel central.

- (A) “O dicionário define ‘comunicação’ como a troca de informações entre indivíduos.”
- (B) “Seja bem-vindo ao nosso evento! Estamos muito felizes com sua presença.”
- (C) “O cartaz na entrada da escola informa que as aulas retornarão na segunda-feira.”
- (D) “Alô? Você está me ouvindo bem? Parece que a ligação está cortando.”
- (E) “Esse livro explica detalhadamente como ocorre o processo de argumentação.”

16

Indique a frase em que o foco está no código utilizado na comunicação.

- (A) “O microfone falhou bem na hora do discurso.”
- (B) “Por favor, confirme o recebimento deste e-mail.”
- (C) “Que maravilha rever todos vocês depois de tanto tempo!”
- (D) “Esse quadro faz uma crítica direta à sociedade contemporânea.”
- (E) “A palavra ‘hipótese’ tem origem grega e significa ‘fundamento’ ou ‘suporte’”.

17

Em relação à classe gramatical das palavras destacadas, assinale a alternativa correta.

- (A) “Os alunos discutiram **seriadamente** sobre o tema proposto.”
- (B) “A cidade **toda** participou da comemoração.”
- (C) “A resposta não foi objetiva, **pois** faltavam argumentos.”
- (D) “A professora pediu que os alunos estudassem **mais**.”
- (E) “A reunião foi longa, **entretanto**, necessária.”

18

No período abaixo, a palavra destacada exerce a função de complemento verbal. Assinale a alternativa correta.

- (A) “O juiz analisou **detalhadamente** o processo.”
- (B) “Os alunos entregaram **o relatório** ao professor no prazo estipulado.”
- (C) “Ela sorriu **com tranquilidade** após a apresentação.”
- (D) “Durante a aula, os estudantes permaneceram **atentos** às explicações.”
- (E) “O técnico instruiu **cuidadosamente** a equipe antes do jogo.”

19

A palavra destacada apresenta um significado figurado. Assinale a alternativa correta.

- (A) “Após anos de estudo, João finalmente **colheu** os frutos do seu esforço.”
- (B) “O vento **cortava** o rosto de quem passava pela avenida.”
- (C) “Maria ficou **cega** de raiva ao ouvir a notícia.”
- (D) “Pedro **queimou** o dedo ao tocar na panela quente.”
- (E) “O livro estava tão velho que as páginas **se rasgaram** com facilidade.”

20

No trecho a seguir, a palavra destacada é um exemplo de estrangeirismo:

- (A) “O professor pediu para os alunos escreverem um **relato** detalhado da experiência.”
- (B) “A notícia da crise chegou rapidamente por meio do **pasquim** distribuído na cidade.”
- (C) “Ela sempre foi muito **fidedigna** em seus depoimentos.”
- (D) “João precisou de um **delivery** para receber o jantar em casa.”
- (E) “O estudante preferia consultar um **opus** antigo para aprofundar seu conhecimento.”

Noções de Sustentabilidade

Otoniel Linhares

21

Sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n. 12.187/2009), analise as afirmativas abaixo:

- I – O Plano Nacional sobre Mudança do Clima tem como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa de forma compatível com o crescimento econômico do país.
- II – A Lei n. 12.187/2009 estabelece como princípio fundamental a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do sistema climático global.
- III – A lei impõe metas compulsórias de redução de emissões para todos os setores da economia, sem distinção entre atividades econômicas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22

- A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010) e o Decreto n. 10.936/2022 preveem diretrizes para a gestão dos resíduos no Brasil. Sobre essa legislação, é correto afirmar que:
- a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos é obrigatória apenas para empresas de grande porte e órgãos públicos federais.
 - a logística reversa é obrigatória apenas para produtos eletroeletrônicos e embalagens plásticas.
 - a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos deve ser garantida pelas cooperativas de catadores, isentando os geradores desse compromisso.
 - a Política Nacional de Resíduos Sólidos prioriza a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos, antes da destinação final dos rejeitos.
 - os aterros sanitários são proibidos no Brasil, devendo ser substituídos integralmente por processos de compostagem e incineração.

23

- A Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/1998) estabelece sanções para condutas lesivas ao meio ambiente. Assinale a alternativa correta sobre suas disposições.
- As penas previstas na lei são aplicáveis apenas a pessoas físicas, isentando empresas de responsabilidade por danos ambientais.
 - A reparação integral do dano ambiental pode ser exigida independentemente da aplicação de sanções penais.
 - Apenas infrações dolosas podem ser punidas pela Lei de Crimes Ambientais, não havendo sanções para condutas culposas.
 - As infrações administrativas previstas na lei exigem a comprovação de dolo para aplicação de multa.
 - A responsabilidade penal por crimes ambientais exclui a possibilidade de sanções civis e administrativas para os mesmos atos.

24

- O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei n. 9.985/2000) estabelece categorias de áreas protegidas no Brasil. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- As Unidades de Conservação de Uso Sustentável permitem atividades econômicas, como exploração de madeira e turismo, desde que observadas regras específicas.
 - Todas as Unidades de Conservação são de domínio público, sendo vedada a existência de propriedades privadas dentro dessas áreas.
 - As Reservas Extrativistas são categorias de Unidade de Conservação de Proteção Integral, onde é proibida qualquer forma de exploração econômica.
 - Os Parques Nacionais e Estaduais permitem a ocupação humana e atividades agropecuárias desde que em pequena escala.
 - As Áreas de Proteção Ambiental (APA) não possuem restrições ao uso dos recursos naturais, pois são destinadas ao desenvolvimento econômico.

25

- A Lei Complementar n. 140/2011 regulamenta a cooperação federativa em matéria ambiental. Sobre essa legislação, marque a alternativa correta.
- O licenciamento ambiental de empreendimentos com impacto ambiental nacional deve ser conduzido exclusivamente pelos municípios.
 - A lei estabelece que a fiscalização ambiental cabe apenas aos órgãos estaduais, sendo vedada a atuação do IBAMA e do ICMBio.
 - A descentralização da gestão ambiental reforça a autonomia dos entes federativos, respeitando o princípio da cooperação.
 - Os estados podem delegar aos municípios a competência para lavrar autos de infração ambiental, mas apenas se houver decisão judicial autorizando.
 - A União pode intervir em qualquer processo de licenciamento ambiental estadual ou municipal sem justificativa específica.

**Noções de Direitos Humanos
e Fundamentais e de Acessibilidade**
Matheus Atalano

26

- Indique o tratado internacional sobre direitos humanos que foi adotado com o quórum das emendas constitucionais.
- (A) Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
 (B) Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 (C) Pacto de São José de Costa Rica.
 (D) Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.
 (E) Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância

27

- A Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados em 2015 para promover o desenvolvimento sustentável em diversas áreas. Sobre esse compromisso global, assinale a alternativa correta.
- (A) A Agenda 2030 é obrigatória para todos os países-membros da ONU, que devem seguir suas diretrizes integralmente.
 (B) Os ODS preveem apenas metas ambientais, não abrangendo questões sociais ou econômicas.
 (C) A Agenda 2030 estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abordando temas como erradicação da pobreza, igualdade de gênero e ação climática.
 (D) A implementação dos ODS cabe exclusivamente aos governos nacionais, sem participação de empresas ou da sociedade civil.
 (E) A Agenda 2030 substituiu integralmente os tratados internacionais de direitos humanos adotados anteriormente.

28

- A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia-Geral da ONU em 1948, estabelece princípios fundamentais sobre a dignidade e os direitos inerentes a todos os seres humanos. Com base nesse documento, assinale a alternativa correta.
- (A) A DUDH prevê que apenas cidadãos de Estados signatários têm direito ao reconhecimento de sua dignidade e liberdade.
 (B) O artigo 3º da DUDH reconhece o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
 (C) A DUDH não trata da liberdade de expressão, pois essa matéria é regulamentada por tratados posteriores.
 (D) O documento estabelece que os direitos humanos podem ser suspensos por decisões governamentais de caráter excepcional.
 (E) A DUDH limita o direito de igualdade apenas às pessoas que possuem cidadania formalmente reconhecida por um Estado.

29

- O Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010) estabelece diretrizes para a promoção da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação racial no Brasil. Sobre essa legislação, assinale a alternativa correta.
- (A) O Estatuto da Igualdade Racial reconhece as comunidades quilombolas, mas não prevê direitos específicos para elas.
 (B) O Estatuto determina que a promoção da igualdade racial deve ser realizada exclusivamente por ações do governo federal, sem envolver estados e municípios.
 (C) O Estatuto garante que a população negra tenha direito à participação nos meios de comunicação, inclusive na produção de conteúdos que valorizem a cultura afro-brasileira.
 (D) A Lei n. 12.288/2010 restringe a aplicação das ações afirmativas ao setor educacional, sem prever medidas para o mercado de trabalho.
 (E) O Estatuto prevê a igualdade racial apenas como um princípio orientador, sem prever mecanismos concretos de implementação.

30

- O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 trata dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa correta.
- (A) A Constituição Federal permite penas de caráter perpétuo para crimes hediondos e de terrorismo.
 (B) A extradição de brasileiro nato pode ser realizada nos casos de crimes contra a humanidade.
 (C) O artigo 5º da Constituição estabelece que a prática do racismo constitui crime imprescritível e sujeito à pena de reclusão.
 (D) O Brasil adota a pena de morte como sanção para crimes militares, políticos e de terrorismo.
 (E) Os direitos fundamentais previstos no artigo 5º aplicam-se apenas a brasileiros, não sendo extensíveis a estrangeiros.

Legislação Institucional

Mário Elesbão e Glauber Marinho

31

Em decorrência de sua autonomia administrativa, é assegurado ao MPU

- (A) propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos de membros da Instituição, mas não lhe compete propor a criação de cargos de serviços auxiliares, cuja iniciativa é privativa do Presidente da República.
- (B) organizar os seus serviços auxiliares, desde que o faça observando as diretrizes definidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
- (C) prover, privativamente, os cargos de suas carreiras.
- (D) não se submeter a controle externo para efeito de fiscalização operacional e patrimonial.
- (E) realizar os seus concursos públicos e dar posse aos aprovados, desde que inexista decreto do Presidente da República impedindo contratação no âmbito da Administração Pública.

32

É prerrogativa processual do membro do Ministério Público da União que oficie perante tribunais ser processado e julgado por crimes de responsabilidade pelo

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Tribunal Regional Federal.
- (D) Senado Federal.
- (E) tribunal perante o qual atue.

33

Inclui-se, entre as vedações ao membro do Ministério Público da União:

- (A) exercer a advocacia, ainda que gratuita.
- (B) participar, como acionista ou cotista, de sociedade comercial.
- (C) exercer o magistério superior em estabelecimento privado.
- (D) exercer uma função de magistério privado.
- (E) exercer uma função de magistério público.

34

O Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União lista uma série de vedações a respeito dos comportamentos de agentes públicos/as da instituição. A esse respeito, assinale a alternativa que não contempla uma dessas vedações.

- (A) Ser conivente com erro ou infração a esse Código ou ao Código de Ética de sua categoria profissional.
- (B) Divulgar estudos, pareceres e pesquisas, ainda não tornados públicos, mesmo que com prévia autorização.
- (C) Fazer uso, divulgar ou facilitar a divulgação de informações sigilosas ou estratégicas de que tenha tomado conhecimento em razão das atividades exercidas no cargo ou função.
- (D) Apresentar como de sua autoria ideias, projetos ou trabalhos de outrem.
- (E) Adotar postura hostil, ofensiva, praticar qualquer tipo de assédio, desqualificar os demais profissionais.

35

Conforme o Programa de Integridade do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União, os planos de integridade, a serem elaborados pelos ramos do MPU e pela ESMPU, terão vigência de

- (A) 8 (oito) meses.
- (B) 4 (quatro) anos.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 2 (dois) anos.
- (E) 1 (um) ano.

Noções de Direito Constitucional

Rafael de Oliveira

36

De acordo com os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- (A) a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (B) a soberania popular é exercida exclusivamente por meio de representantes eleitos.
- (C) o pluralismo político é vedado pela Constituição, que prega a unidade partidária.
- (D) a dignidade da pessoa humana é um princípio que se aplica apenas ao Direito Privado.
- (E) a separação dos Poderes é um princípio que não se aplica ao Poder Judiciário.

37

- Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:
- os direitos sociais incluem a educação, a saúde e a moradia, mas não o lazer.
 - o direito de propriedade é absoluto, não podendo ser limitado em nenhuma hipótese.
 - a inviolabilidade do domicílio é garantida, exceto em caso de flagrante delito ou desastre.
 - o princípio da isonomia proíbe qualquer forma de distinção entre os cidadãos, inclusive ações afirmativas.
 - a liberdade de expressão é ilimitada, não podendo sofrer restrições mesmo em casos de discurso de ódio.

38

- Acerca dos direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.
- O alistamento eleitoral e o voto são facultativos apenas para os maiores de 70 anos e analfabetos, sendo obrigatório para todos os demais cidadãos, sem exceção.
 - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau ou por adoção, salvo se já titulares de mandato eletivo e candidatos à reeleição.
 - A suspensão dos direitos políticos ocorre em caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, e também em razão da improbidade administrativa que importar lesão ao erário e enriquecimento ilícito.
 - A perda dos direitos políticos ocorre em caso de recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos da Constituição, desde que não motivada por crença religiosa ou convicção filosófica.
 - A CF/1988 vedo a cassação de direitos políticos, permitindo, entretanto, sua perda ou suspensão nos casos expressamente previstos na própria.

39

- Sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:
- os municípios possuem autonomia para criar e extinguir tributos, mas não para organizar sua administração.
 - o Distrito Federal acumula competências legislativas reservadas aos estados e municípios.
 - a União é responsável exclusiva pela organização do Poder Judiciário dos estados.
 - os territórios federais são entidades autônomas, equiparadas aos Estados-membros.
 - a Constituição permite a criação de novos estados apenas por meio de emenda constitucional.

40

- De acordo com a Constituição Federal de 1988, sobre os servidores públicos, é correto afirmar que:
- a investidura em cargo público depende de aprovação em concurso público, exceto para cargos em comissão.
 - o regime jurídico único é obrigatório para todos os servidores públicos, sem exceções.
 - a acumulação de cargos públicos não é permitida em nenhuma hipótese.
 - a estabilidade no serviço público é adquirida após dois anos de efetivo exercício.
 - os servidores públicos não possuem direito à greve, em nenhuma hipótese.

41

- Sobre o Poder Legislativo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:
- o Senado Federal é composto por três representantes de cada estado e do Distrito Federal.
 - a Câmara dos Deputados tem competência exclusiva para processar e julgar o presidente da República em crimes de responsabilidade.
 - as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) não podem convocar ministros de Estado para prestar depoimento.
 - a iniciativa de leis complementares sobre organização do Poder Judiciário é privativa do presidente da República.
 - o Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, exercendo funções legislativas e fiscalizadoras.

42

- Sobre o Poder Executivo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:
- o vice-presidente da República assume o cargo de presidente apenas em caso de morte do titular.
 - o presidente da República pode editar medidas provisórias com força de lei, que perdem eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de 60 dias.
 - o Conselho da República é um órgão integrante do Poder Legislativo, responsável por assessorar o presidente.
 - impeachment* do presidente da República depende de aprovação pela maioria simples do Senado Federal.
 - o presidente da República não possui competência para nomear ministros do Supremo Tribunal Federal.

43

- Sobre o Poder Judiciário, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:
- o Supremo Tribunal Federal (STF) é competente para julgar ações diretas de inconstitucionalidade e constitucionalidade.
 - os Tribunais Regionais Federais têm competência para processar e julgar crimes comuns praticados por governadores de Estado.
 - o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é um órgão integrante do Poder Executivo, responsável por fiscalizar o Judiciário.
 - a nomeação de ministros do STF é feita pelo presidente da República, sem necessidade de aprovação pelo Senado Federal.
 - o Poder Judiciário não possui competência para controlar atos administrativos do Poder Executivo.

44

- Sobre a seguridade social, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:
- a seguridade social é composta pela saúde, previdência social e assistência social, financiadas por contribuições sociais.
 - a assistência social é destinada apenas a trabalhadores com carteira assinada.
 - a previdência social é um sistema contributivo, mas não possui caráter universal.
 - a saúde é um direito exclusivo de quem contribui para a seguridade social.
 - a seguridade social não inclui a proteção à maternidade e à infância.

45

- Sobre a previdência social, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:
- a previdência social é organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e filiação obrigatória.
 - os servidores públicos possuem regime próprio de previdência, mas não contribuem para o custeio do sistema.
 - a aposentadoria por idade é concedida apenas aos trabalhadores urbanos, excluindo os rurais.
 - a previdência social não cobre riscos como invalidez e morte.
 - o regime geral de previdência social é financiado exclusivamente pelos empregadores.

Teoria Geral do Processo

Rafael de Oliveira

46

- De acordo com os princípios constitucionais processuais, é correto afirmar que:
- o princípio do contraditório garante que as partes tenham ciência dos atos processuais, mas não assegura o direito de manifestação.
 - o princípio da ampla defesa inclui o direito de utilizar todos os meios lícitos de prova e argumentação em favor da própria causa.
 - o princípio do juiz natural permite que o juiz seja escolhido pelas partes, desde que haja acordo entre elas.
 - o princípio da publicidade dos atos processuais é absoluto, não admitindo exceções em nenhuma hipótese.
 - o princípio da isonomia processual garante tratamento idêntico às partes, a depender de suas condições econômicas ou sociais.

47

- Sobre a jurisdição e a competência no processo civil, é correto afirmar que:
- a competência absoluta pode ser alegada a qualquer tempo, inclusive de ofício pelo juiz.
 - a incompetência absoluta deve ser arguida pela parte na primeira oportunidade em que couber manifestação, sob pena de preclusão.
 - a competência dos Juizados Especiais Federais (JEFs) é determinada exclusivamente pelo valor da causa.
 - A jurisdição não é um monopólio do Estado.
 - a competência territorial é sempre determinada pelo local onde o réu possui domicílio.

48

- Sobre a ação e suas condições, é correto afirmar que:
- as condições da ação são pressupostos de admissibilidade do processo, não se confundindo com o mérito da causa.
 - a legitimidade das partes é uma condição da ação que se confunde com a capacidade processual.
 - o interesse de agir é dispensável em ações que visam à tutela de direitos coletivos.
 - a possibilidade jurídica do pedido refere-se à existência de uma norma que discipline o direito material alegado.
 - a falta de uma das condições da ação gera a extinção do processo sem resolução do mérito.

49

- Sobre a tutela jurisdicional e o acesso à justiça, é correto afirmar que:
- a gratuidade de justiça é concedida apenas a pessoas físicas, excluindo pessoas jurídicas.
 - a tutela jurisdicional pode ser preventiva, quando visa evitar um dano, ou repressiva, quando visa reparar um dano já ocorrido.
 - o acesso à justiça é garantido apenas para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.
 - a tutela jurisdicional é exercida exclusivamente por meio de sentenças judiciais.
 - a mediação e a conciliação são métodos alternativos de solução de conflitos, mas não são considerados formas de tutela jurisdicional.

50

- Sobre os métodos apropriados para a solução de conflitos, é correto afirmar que:
- a arbitragem é um método de solução de conflitos que depende da prévia existência de um contrato com cláusula arbitral.
 - a conciliação é um método que exige a presença de um terceiro imparcial, que impõe a solução do conflito às partes.
 - a mediação é um processo em que o mediador tem o poder de decidir o conflito, substituindo o Poder Judiciário.
 - a autocomposição é um método que depende da intervenção de um terceiro para que as partes alcancem um acordo.
 - a jurisdição é o único método de solução de conflitos que garante a efetividade da decisão.

Noções de Direito Penal

Carolina Carvalhal

51

- A respeito da aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.
- A lei penal brasileira aplica-se exclusivamente aos crimes cometidos no território nacional, não admitindo exceções.
 - O princípio da irretroatividade da lei penal impede que uma norma mais benéfica ao réu seja aplicada a fatos ocorridos antes de sua vigência.
 - O Código Penal adota a teoria da ubiquidade para definir o lugar do crime, considerando-o cometido tanto onde ocorreu a ação ou omissão quanto onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - A extraterritorialidade da lei penal brasileira aplica-se apenas aos crimes praticados por brasileiros no exterior, não alcançando crimes cometidos por estrangeiros contra bens jurídicos brasileiros.
 - O princípio da anterioridade penal permite a criação de crimes e penas por medida provisória, desde que haja posterior aprovação pelo Congresso Nacional.

52

Durante uma investigação do Ministério Público, foi identificado que um jovem de 16 anos praticou ato infracional análogo ao crime de roubo qualificado. Diante disso, o promotor de justiça ofereceu representação para a aplicação da medida socioeducativa cabível. Considerando as regras de imputabilidade penal, assinale a alternativa correta.

- O jovem poderá ser processado e condenado criminalmente, pois a imputabilidade penal no Brasil se inicia aos 16 anos completos.
- O Código Penal estabelece que são inimputáveis apenas os menores de 16 anos, podendo os maiores dessa idade responder criminalmente se comprovada sua capacidade de entendimento sobre o caráter ilícito do fato.
- Embora menor de 18 anos, o jovem poderá ser condenado criminalmente se ficar comprovado que possuía plena capacidade de discernimento no momento da conduta.
- O jovem é inimputável, pois o Código Penal considera penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos apenas às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- A inimputabilidade penal em razão da idade pode ser afastada caso o jovem já tenha cometido outros atos infracionais graves, demonstrando reincidência e periculosidade.

53

João foi condenado a uma pena de 3 anos de reclusão pelo crime de furto qualificado, praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa. Considerando as regras de aplicação das penas previstas no Código Penal, o juiz, ao analisar o caso concreto, decidiu substituir a pena privativa de liberdade por outra espécie de pena. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena privativa de liberdade aplicada a João pode ser substituída por multa, independentemente do tempo de condenação ou das circunstâncias do crime.
- (B) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos só pode ocorrer quando a pena aplicada for igual ou inferior a dois anos.
- (C) João poderá ter sua pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos, desde que preenchidos os requisitos legais, como a ausência de violência ou grave ameaça à pessoa e a compatibilidade da substituição com a reaprovação e prevenção do crime.
- (D) A pena de reclusão deve ser cumprida exclusivamente em regime fechado, não sendo possível sua substituição por outro tipo de pena.
- (E) João somente poderá cumprir pena alternativa caso tenha confessado a prática do crime e demonstrado arrependimento durante o processo penal.

54

Carlos foi condenado por crime de estelionato à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, além de multa. Durante a dosimetria da pena, o juiz considerou agravantes e atenuantes, bem como causas de aumento e de diminuição da pena, chegando ao *quantum* final aplicado. Sobre a aplicação da pena no caso concreto, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz, ao aplicar a pena, deve fixá-la em patamar único, sem necessidade de analisar circunstâncias agravantes ou atenuantes, pois estas só influenciam na execução da pena.
- (B) A pena-base deve ser fixada dentro dos limites legais e pode ser aumentada ou diminuída conforme as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal.
- (C) O reconhecimento de circunstâncias atenuantes pode reduzir a pena abaixo do mínimo legal previsto para o crime.
- (D) As causas de aumento e de diminuição da pena devem ser aplicadas antes da análise das circunstâncias judiciais e das agravantes e atenuantes.
- (E) A existência de agravantes e atenuantes pode levar à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, independentemente dos requisitos objetivos do Código Penal.

55

Durante uma investigação conduzida pelo Ministério Pú- blico, ficou demonstrado que Paulo, diagnosticado com esquizofrenia paranoide, praticou um crime de homicí- dio em circunstâncias que evidenciaram sua total inca- pacidade de entender o caráter ilícito do fato. O laudo psiquiátrico oficial confirmou sua inimputabilidade nos termos do artigo 26, *caput*, do Código Penal. Conside- rando essa situação e as regras aplicáveis às medidas de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Paulo deverá cumprir pena privativa de liberdade em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico pelo tempo mínimo de 30 anos, independentemente da gravidade do crime.
- (B) Como foi reconhecida sua inimputabilidade, Paulo será absolvido e não poderá sofrer qualquer tipo de sanção, uma vez que não pode ser responsabilizado criminalmente.
- (C) A inimputabilidade de Paulo não impede que ele cum- pra pena privativa de liberdade, sendo possível sua condenação desde que seja estabelecido um regime prisional compatível com seu estado de saúde mental.
- (D) Paulo não será submetido a pena privativa de li- berdade, mas poderá ser internado em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou submetido a tratamento ambulatorial, conforme determinação judicial baseada no perigo que representa.
- (E) O reconhecimento da inimputabilidade de Paulo exige que ele cumpra pena alternativa, como prestação de serviços à comunidade, caso tenha condições de realizá-la.

56

Marcos, servidor público federal, foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de peculato. No curso do processo, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, ele efetuou a devolução integral do valor desviado. Diante desse contexto e das regras aplicáveis à extinção da punibilidade no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A devolução integral do valor desviado gera automaticamente a extinção da punibilidade de Marcos, independentemente do momento da devolução.
- (B) A punibilidade de Marcos somente será extinta se ele tiver confessado o crime antes do oferecimento da denúncia.
- (C) A restituição do valor apropriado indevidamente pode atenuar a pena de Marcos, mas não extingue sua punibilidade no crime de peculato.
- (D) A extinção da punibilidade de Marcos depende da sua colaboração com as investigações e da aceitação do acordo de não persecução penal pelo Ministério Público.
- (E) Caso Marcos tivesse devolvido o valor antes do recebimento da denúncia, sua punibilidade estaria extinta, pois o peculato segue as mesmas regras do crime de apropriação indébita tributária.

57

O delegado de polícia João, inconformado com a postura de um advogado que insistia em acompanhar o interrogatório de seu cliente, determinou sua retirada da sala sob a justificativa de que o inquérito policial é inquisitivo e que a presença do advogado poderia atrapalhar a condução das perguntas. O advogado, mesmo se identificando regularmente e apresentando procuração, foi impedido de acompanhar o ato. Diante dessa situação e das disposições da Lei n. 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta do delegado não configura crime, pois a presença do advogado não é essencial nos interrogatórios conduzidos na fase do inquérito policial, uma vez que este é um procedimento inquisitivo.
- (B) O delegado praticou crime de abuso de autoridade, pois impedir a presença de advogado no interrogatório de seu cliente, quando este possui procuração, caracteriza conduta típica prevista na Lei n. 13.869/2019.

(C) A conduta do delegado configura, no máximo, infração administrativa, sujeita a sanções disciplinares, mas não constitui crime, pois não houve violência ou grave ameaça contra o advogado.

(D) Para que a conduta do delegado seja considerada crime de abuso de autoridade, o advogado precisaria demonstrar que sofreu prejuízo irreparável à defesa de seu cliente.

(E) O crime de abuso de autoridade, nesse caso, só se configuraria se o delegado tivesse se recusado a conceder vista dos autos ao advogado, e não pela simples proibição de seu acompanhamento no interrogatório.

58

Carlos, gerente de um restaurante, ao perceber a presença de um casal negro aguardando mesa para o jantar, ordenou que os funcionários informassem que o local estava lotado, embora houvesse várias mesas disponíveis. O casal percebeu a situação e, ao questionar a atitude do gerente, foi tratado com descaso e ignorado. Indignadas, as vítimas registraram um boletim de ocorrência. Com base na Lei n. 7.716/1989, alterada pela Lei n. 14.532/2023, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta de Carlos não configura crime, pois o estabelecimento comercial tem autonomia para recusar clientes sem necessidade de justificativa.
- (B) O gerente pode ser responsabilizado pelo crime de racismo, pois impediu o acesso das vítimas ao estabelecimento por motivo de raça ou cor, conduta tipificada na Lei n. 7.716/1989.
- (C) Caso Carlos tivesse feito um comentário ofensivo diretamente às vítimas, ele responderia pelo crime de racismo, mas, como a discriminação foi velada, sua conduta não configura infração penal.
- (D) O crime cometido por Carlos é de injúria racial, pois sua atitude foi direcionada exclusivamente às vítimas, e não à coletividade.
- (E) A conduta de Carlos configura mero ilícito civil, cabendo apenas indenização por danos morais, mas não responsabilização penal.

59

Durante a fase de instrução de um processo criminal, João, testemunha arrolada pelo Ministério Público, foi orientado pelo réu a alterar seu depoimento para favorecer sua defesa. Em troca, o réu prometeu a João uma recompensa financeira. João aceitou e, ao prestar depoimento, apresentou versão dos fatos diferente da realidade, com o objetivo de beneficiar o réu. Diante dessa situação e considerando os crimes contra a administração da justiça previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) João praticou o crime de falso testemunho, e o réu responderá como partícipe do mesmo crime, pois induziu a testemunha a mentir.
- (B) Apenas João poderá ser responsabilizado pelo crime de falso testemunho, pois o réu não prestou diretamente o depoimento falso.
- (C) João e o réu cometaram o crime de fraude processual, pois alteraram a verdade dos fatos com o objetivo de influenciar a decisão judicial.
- (D) O réu praticou o crime de coação no curso do processo, pois convenceu a testemunha a alterar sua versão dos fatos, utilizando-se de influência econômica.
- (E) O réu cometeu o crime de corrupção de testemunha, e João responderá pelo crime de falso testemunho, pois aceitou a vantagem para modificar seu depoimento.

60

Lucas, empresário do ramo de importação, precisou resolver uma pendência fiscal junto à Receita Federal. Durante o atendimento, ao perceber que o servidor responsável pela análise do seu caso demonstrava resistência em agilizar a solução, Lucas colocou discretamente um envelope com dinheiro sobre a mesa e disse: “Se puder dar uma atenção especial ao meu processo, ficaria muito agradecido”. O servidor recusou a oferta e comunicou o fato às autoridades competentes.

Diante da situação narrada e considerando os crimes praticados por particular contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- (A) Lucas cometeu o crime de corrupção ativa, independentemente da aceitação da vantagem pelo servidor público.
- (B) A conduta de Lucas não configura crime, pois a vantagem indevida não foi aceita pelo servidor público.

- (C) Lucas responderá pelo crime de tráfico de influência, pois tentou utilizar sua posição empresarial para obter favorecimento junto à Receita Federal.
- (D) O crime de corrupção ativa somente estaria configurado se Lucas tivesse exigido um benefício direto em troca do pagamento ao servidor público.
- (E) Como o dinheiro não foi efetivamente entregue, não houve crime, mas apenas um ato preparatório sem relevância penal.

Direito Administrativo

Maria Júlia

61

A Lei n. 14.230/2021 reformulou o regime jurídico da improbidade administrativa no Brasil, impondo novos limites ao sancionamento de agentes públicos. Suponha que um prefeito tenha autorizado a contratação direta de uma empresa sem licitação, alegando a urgência da prestação de serviços de saúde em seu município. Após investigação, constatou-se que não havia elementos técnicos que justificassem a dispensa do certame e que a empresa contratada pertencia a um parente de um dos secretários municipais. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O prefeito só poderá ser responsabilizado se houver prova de que recebeu vantagem financeira direta da empresa contratada.
- (B) A dispensa indevida de licitação pode caracterizar improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário, desde que comprovado dolo e a efetiva perda patrimonial.
- (C) O ato do prefeito configura automaticamente improbidade administrativa, pois a simples contratação de empresa vinculada a um agente público já configura violação dos princípios da administração pública.
- (D) A improbidade administrativa se caracteriza pela mera irregularidade formal na contratação, independentemente da existência de dano ao erário ou dolo do agente público.
- (E) O caso descrito não pode ser enquadrado como improbidade administrativa, pois a nova lei exige comprovação de enriquecimento ilícito como requisito essencial para qualquer sanção.

62

No tocante às modalidades de contratação previstas na Lei n. 14.133/2021, a administração pública pode optar por diferentes formas de execução do objeto contratado, dependendo da complexidade e dos objetivos da contratação. Acerca dessas modalidades, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) A empreitada por preço unitário é a modalidade mais indicada para contratos que envolvem prestação de serviços continuados, pois permite ajustes flexíveis conforme o volume de trabalho realizado.
- (B) Na empreitada integral, a contratada assume a responsabilidade por todas as fases do projeto, incluindo planejamento, execução e operação inicial, sem possibilidade de subcontratação de partes do serviço.
- (C) A contratação integrada difere da contratação semi-integrada pelo fato de incluir a responsabilidade da contratada na elaboração do projeto básico, enquanto na semi-integrada essa etapa é realizada pela administração pública.
- (D) O contrato por tarefa é adequado para obras de grande porte e alto grau de complexidade técnica, sendo utilizado, por exemplo, para construção de rodovias e ferrovias.
- (E) A administração pública pode adotar a contratação por empreitada por preço global apenas quando houver incerteza quanto à quantidade de materiais e serviços necessários para a execução do contrato.

63

Dante da necessidade de ampliação da sede de um órgão público federal, o ente federativo promove um procedimento licitatório para a realização da construção de um novo edifício, que exigirá serviços especializados de engenharia e intervenção no meio ambiente. De acordo com as definições do art. 6º da legislação, a atividade a ser contratada pela Administração será classificada como:

- (A) obra, pois envolve a execução de atividades de engenharia que promovem alteração substancial das características de um bem imóvel ou do espaço físico.
- (B) serviço contínuo, uma vez que será necessário o acompanhamento da execução da construção ao longo do tempo, garantindo a manutenção do contrato.
- (C) fornecimento e prestação de serviço associado, pois a obra envolve não apenas a construção, mas também serviços técnicos especializados.

(D) serviço comum de engenharia, pois se trata de atividade que pode ser padronizada em termos de desempenho e qualidade, conforme práticas de mercado.

(E) empreitada integral, pois abrange um conjunto de serviços, incluindo a elaboração do projeto executivo, montagem e entrega do edifício pronto para uso.

64

O poder vinculado é uma manifestação da Administração Pública que exige estrita observância dos requisitos estabelecidos em lei para a prática de um ato administrativo. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) No poder vinculado, o agente público possui ampla liberdade para avaliar a conveniência e a oportunidade do ato administrativo.
- (B) A finalidade do ato vinculado pode ser flexibilizada conforme a interpretação do administrador.
- (C) No poder vinculado, a Administração deve agir nos termos estritamente previstos em lei, sem margem para discricionariedade.
- (D) O poder vinculado e o poder discricionário são essencialmente idênticos, pois ambos dependem da análise subjetiva do agente público.
- (E) A decisão sobre concessão de licença para construir, mesmo que o particular cumpra todos os requisitos legais, depende da conveniência da Administração.

65

Sobre a qualificação das entidades que compõem o Terceiro Setor, analise as alternativas abaixo e assinale a correta.

- (A) A qualificação como Organização Social (OS) ocorre por meio de um ato vinculado da Administração Pública, desde que a entidade cumpra os requisitos legais.
- (B) A qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é um ato discricionário do Poder Público e pode ser negada mesmo se todos os requisitos forem atendidos.
- (C) As entidades que recebem a qualificação de OSCIP devem, obrigatoriamente, firmar um termo de parceria para atuar em colaboração com o Poder Público.
- (D) Tanto as OS quanto as OSCIPs integram a Administração Pública indireta, pois atuam na execução de serviços públicos em regime de cooperação.
- (E) A Lei n. 9.790/1999 regulamenta a qualificação das OSCIPs, estabelecendo critérios objetivos para que uma entidade receba esse reconhecimento.

66

Sobre a estabilidade do servidor público, analise a seguinte situação hipotética:

João, servidor público estável, é submetido a um procedimento administrativo disciplinar, no qual é assegurada ampla defesa, e ao final, há recomendação de sua exoneração. No entanto, a administração decide por sua reintegração ao cargo, em virtude da constatação de nulidade do processo. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A reintegração de João somente será possível se houver sentença judicial transitada em julgado declarando a nulidade do procedimento.
- (B) A estabilidade impede a perda do cargo, salvo por sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, observando-se o contraditório e a ampla defesa.
- (C) A exoneração de servidor estável pode ser realizada a qualquer momento pela administração, desde que se demonstre a conveniência administrativa.
- (D) O servidor João, mesmo reintegrado, poderá ser submetido a novo processo administrativo disciplinar pelo mesmo fato, independentemente da existência de nulidade processual.
- (E) Caso João seja reintegrado, o ocupante atual do cargo permanecerá nele, cabendo à administração buscar alternativa de acomodação funcional para ambos.

67

A prestação de serviços públicos pelo setor privado ocorre por meio de concessões e permissões, reguladas por um conjunto de princípios e obrigações. Nesse contexto, imagine que um ente federativo deseja delegar a prestação de serviço essencial, mas impõe uma série de exigências ao concessionário, incluindo regras sobre continuidade e tarifas.

Com base na Lei n. 8.987/1995 e nos princípios do serviço público, assinale a alternativa correta.

- (A) A delegação de serviços públicos deve ocorrer por meio de concessão ou permissão, ambas exigindo licitação e possuindo caráter precário, podendo ser revogadas a qualquer tempo pelo poder concedente.
- (B) A concessão de serviço público pode ser realizada sem licitação, desde que haja interesse público justificado por ato normativo específico do ente concedente.

(C) A modicidade tarifária é um princípio absoluto, devendo ser respeitada pelo concessionário sem qualquer possibilidade de revisão de valores, independentemente de alterações econômicas ou contratuais.

- (D) A encampação consiste na retomada do serviço pelo poder concedente antes do prazo contratual, mas exige lei autorizativa específica e indenização prévia ao concessionário.
- (E) O contrato de concessão pode estabelecer a exclusividade do serviço ao concessionário, independentemente da viabilidade técnica ou econômica da atividade delegada.

68

A Administração Pública detém bens que podem ser utilizados pela coletividade de maneira indistinta e sem necessidade de autorização específica do Poder Público. Esses bens, contudo, não se submetem às regras comuns de mercado, dada sua vinculação ao interesse público. Com relação à classificação dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens dominicais são aqueles que possuem afetação específica para um serviço público, sendo considerados inalienáveis enquanto mantiverem essa destinação.
- (B) Os bens de uso especial são destinados exclusivamente ao funcionamento da máquina administrativa e podem ser transferidos ao setor privado mediante autorização legislativa e licitação.
- (C) Os bens de uso comum do povo não podem, sob nenhuma hipótese, ser objeto de cobrança pelo seu uso, pois a Constituição garante sua fruição gratuita e universal.
- (D) A desafetação de um bem público ocorre automaticamente quando este deixa de ser utilizado para a finalidade anteriormente designada, independentemente de ato formal da Administração.
- (E) Os bens públicos são impenhoráveis, imprescritíveis e, em regra, inalienáveis, salvo se ocorrer a desafetação e houver interesse público devidamente justificado.

69

A Administração Pública pode extinguir os atos administrativos por diversas formas, respeitando os princípios do direito administrativo e da legalidade. Com base nesse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A revogação é o ato administrativo pelo qual a Administração Pública corrige um vício de legalidade de um ato anteriormente praticado, tornando-o válido a partir da data de sua correção.
- (B) A anulação dos atos administrativos possui efeitos *ex nunc*, de modo que os efeitos jurídicos produzidos até o momento da invalidação permanecem válidos para preservar a segurança jurídica.
- (C) A convalidação é possível quando o vício do ato administrativo não afeta sua legalidade essencial, sendo corrigido retroativamente para evitar sua invalidação desnecessária.
- (D) A cassação do ato administrativo é a forma de extinção que decorre do advento do prazo estipulado para sua vigência, não havendo necessidade de manifestação da Administração Pública.
- (E) A caducidade ocorre quando o ato administrativo perde seus efeitos devido à revogação da norma que lhe servia de fundamento, sendo necessária uma nova decisão da Administração para formalizar sua extinção.

70

A responsabilidade do Estado por danos causados a terceiros em decorrência de ações policiais tem sido objeto de reiterada análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em um caso concreto, uma pessoa foi atingida por um projétil de arma de fogo durante um confronto entre policiais e criminosos. Não se conseguiu comprovar se a bala partiu da arma dos agentes públicos ou de terceiros. Com base na jurisprudência recente do STF sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado somente poderá ser responsabilizado se houver comprovação inequívoca de que o projétil partiu da arma de um agente público.
- (B) A responsabilidade do Estado, nesses casos, é subjetiva, sendo necessário que a vítima prove a culpa ou dolo dos agentes públicos para obter indenização.
- (C) O Estado responde civilmente pelo evento danoso com base na Teoria do Risco Integral, não podendo alegar qualquer excludente para afastar sua responsabilidade.
- (D) O Estado tem responsabilidade objetiva nesses casos e deve indenizar a vítima, salvo se comprovar a existência de causa excludente do nexo causal.
- (E) A perícia inconclusiva sobre a origem do disparo fatal impede a responsabilização do Estado, pois a dúvida quanto ao autor do disparo afasta o nexo de causalidade.

Administração Pública

Bruno Eduardo

71

Um gestor público recém-empossado em um órgão estadual planeja redesenhar processos e rotinas internas. Seu objetivo primordial é ampliar a eficiência, ou seja, aprimorar a relação entre os recursos empregados e os produtos gerados, mantendo a eficácia (alcançar resultados pretendidos) e a efetividade (gerar impacto real na sociedade). Contudo, a equipe técnica tem dúvidas sobre como balancear esses três conceitos simultaneamente em um ambiente com recursos limitados e elevadas expectativas sociais. Sobre os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade na administração, assinale a alternativa que melhor expressa a estratégia de equilíbrio para alcançar resultados públicos de qualidade.

- (A) Concentrar todos os esforços unicamente na diminuição dos custos de produção, mesmo que haja redução na abrangência do serviço prestado.
- (B) Elevar a eficácia por meio da ampliação das metas numéricas, ainda que isso aumente substancialmente o consumo de recursos e o impacto social permaneça inalterado.
- (C) Priorizar ações que forneçam resultados quantitativos imediatos, pois a percepção do cidadão quanto à efetividade é menos relevante em cenários de escassez de recursos.
- (D) Focar a eliminação de desperdícios e a otimização de processos (eficiência), garantindo que as metas estabelecidas sejam atingidas (eficácia) e que o serviço tenha impacto sustentável e positivo (efetividade).
- (E) Gerar impacto efetivo na sociedade sem considerar qualquer contenção de despesas, pois o atendimento das demandas sociais prevalece integralmente sobre as limitações orçamentárias.

72

Visando responder às demandas crescentes, um Tribunal de Justiça planeja reformular sua estrutura organizacional. O objetivo é migrar de um modelo tradicional, rígido e centralizado para outro mais dinâmico, com maior colaboração entre diferentes setores, incorporando princípios de governança. Considerando os princípios de organização, governança e a distinção entre centralização e descentralização, assinale a alternativa que melhor representa a reestruturação pretendida.

- (A) Manter a estrutura funcional clássica, na qual todos os assuntos de relevância estratégica são decididos exclusivamente pelo presidente do Tribunal, eliminando a participação das unidades de apoio.
- (B) Incluir um componente matricial, de modo que equipes de projetos específicos sejam compostas por servidores de diversos departamentos, mantendo a tomada de decisão e a prestação de contas comparabilizadas.
- (C) Substituir todas as unidades administrativas por consultores externos, uma vez que a governança impõe a eliminação do controle público para maior flexibilidade.
- (D) Definir uma única cadeia de comando para todas as atividades, com base no princípio de hierarquia absoluta, garantindo obediência imediata às ordens superiores.
- (E) Concentrar recursos no gabinete da presidência, dispensando as unidades de planejamento e governança, pois a descentralização compromete a consistência das decisões judiciais.

73

Uma Secretaria Estadual de Planejamento pretende implementar um sistema de controle mais robusto sobre as metas de produtividade de suas unidades, mas encontra resistência em setores que consideram tal controle excessivamente burocrático. Deseja-se, então, um sistema que concilie a flexibilidade gerencial com a confiabilidade das informações. À luz dos tipos e sistemas de controle, assinale a opção que melhor equilibra os fatores contingenciais e a necessidade de informações confiáveis.

- (A) Implementar controle híbrido, combinando monitoramento periódico de indicadores e análises qualitativas, para corrigir o rumo (controle simultâneo) e refletir sobre o resultado final (a posteriori).
- (B) Adotar exclusivamente um controle a priori (antes da execução), sem qualquer avaliação posterior, pois a prevenção inicial de desvios elimina a necessidade de retroalimentação.

- (C) Focar o controle a posteriori (depois da execução), dispensando a medição de desempenho em tempo real, já que o aprendizado subsequente é suficiente para corrigir erros.
- (D) Estabelecer um sistema de controle simultâneo com indicadores-chave em cada etapa, permitindo ajustes imediatos e tornando as equipes engessadas em suas atividades.
- (E) Substituir qualquer forma de controle formal por reuniões informais entre gestores, pois a confiança nas relações pessoais reduz a necessidade de controles sistematizados.

74

Em um contexto de transformação digital na Administração Pública, um Tribunal planeja adotar técnicas de inteligência artificial para auxiliar no processo decisório em ações de massa e otimizar a tramitação de processos, reduzindo o acúmulo nas varas judiciais. Considerando os princípios de administração pública e o uso de IA no contexto jurídico, escolha a alternativa que melhor reflete uma prática responsável de adoção da tecnologia.

- (A) Utilizar algoritmos proprietários sem qualquer documentação, já que a eficiência gerada pela IA é suficiente para legitimar suas decisões perante a sociedade.
- (B) Definir modelos de IA que executem sentenças automaticamente, suprimindo totalmente a intervenção humana em questões legais, para atingir o máximo de automação.
- (C) Atribuir aos algoritmos a elaboração de minutas de acórdãos, dispensando a revisão pelos desembargadores, pois a diminuição de atrasos processuais se sobrepõe a eventuais falhas de interpretação.
- (D) Aplicar a IA somente para selecionar prioridades de julgamento, sem qualquer integração ao fluxo processual ou retroalimentação de dados, evitando complexidades de governança tecnológica.
- (E) Estabelecer sistemas de IA que forneçam subsídios analíticos ao magistrado, mantendo transparência nos critérios utilizados pelos algoritmos e preservando a decisão final a cargo do juiz.

75

Um órgão público federal inicia a implantação da gestão por competências para aprimorar o desempenho de equipes que atuam em serviços complexos e inovadores. O processo envolve mapear competências organizacionais e individuais, elaborar planos de desenvolvimento e alinhar o clima organizacional aos objetivos estratégicos. Com relação ao conceito de gestão por competências e do comportamento organizacional, assinale a alternativa que melhor ilustra a abordagem adequada para implementar esse modelo.

- (A) Focar exclusivamente competências individuais técnicas, pois o alinhamento cultural ou comportamental não interfere no resultado coletivo.
- (B) Definir competências organizacionais amplas, sem criar indicadores ou mecanismos de avaliação, para estimular a autonomia irrestrita das equipes.
- (C) Mapear competências, tanto técnicas quanto comportamentais, vinculadas às metas institucionais, estabelecendo sistemas de avaliação que subsidiem planos de desenvolvimento e capacitação contínua.
- (D) Concentrar todo o esforço de desenvolvimento em níveis gerenciais, pois a capacitação de servidores de base não impacta significativamente a estratégia do órgão.
- (E) Limitar a aplicação da gestão por competências ao período de estágio probatório, descontinuando os processos de avaliação e desenvolvimento após a efetivação do servidor.

Administração Financeira e Orçamentária

Anderson Ferreira

76

Sobre a lei de diretrizes orçamentárias – LDO, é correto afirmar que

- (A) é instrumento do planejamento estratégico, com vigência de longo prazo, que contém os orçamentos fiscal e da seguridade social.
- (B) é instrumento do planejamento estratégico, com vigência de médio prazo, em que são estabelecidos diretrizes, objetivos e metas.
- (C) é instrumento de planejamento operacional, com vigência de curto prazo, em que são definidas as receitas e despesas para o exercício financeiro.
- (D) é instrumento de planejamento operacional, com vigência de longo prazo, em que são estabelecidas diretrizes, objetivos e metas.
- (E) é instrumento de planejamento tático, com vigência de curto prazo, que orienta a elaboração da lei orçamentária anual.

77

O ciclo orçamentário é uma sequência de fases que compõe o processo orçamentário. Nesse sentido, assinale a alternativa que define corretamente a sequência das etapas do ciclo orçamentário.

- (A) Elaboração, execução, controle e apreciação legislativa.
- (B) Elaboração, apreciação legislativa, execução e controle.
- (C) Controle, elaboração, apreciação legislativa e elaboração.
- (D) Controle, apreciação legislativa, elaboração e execução.
- (E) Apreciação legislativa, elaboração, execução e controle.

78

Trata-se de princípio orçamentário, previsto no art. 167, inciso VI, c/c § 5º do mesmo artigo da Constituição, em que é estipulada a vedação (em regra) de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação a outra.

O fragmento acima se refere ao princípio orçamentário do(a):

- (A) proibição do estorno.
- (B) exclusividade.
- (C) não afetação.
- (D) programação.
- (E) universalidade.

79

No aspecto orçamentário, considera-se que a despesa pública está realizada pelo ente público quando foi efetivamente

- (A) liquidada.
- (B) lançada.
- (C) paga.
- (D) empenhada.
- (E) fixada.

80

Sobre as destinações de recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, assinale a alternativa em que são corretamente definidas as exigências em lei.

- (A) Autorização na Constituição, atender às condições do plano plurianual e previsão na lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) Autorização em lei específica, atender às condições da lei orçamentária anual e previsão em créditos adicionais.
- (C) Autorização em lei específica, atender às condições da lei de diretrizes orçamentárias e previsão no orçamento anual ou em créditos adicionais.
- (D) Autorização no plano plurianual, atender às condições da lei de diretrizes orçamentárias e previsão no orçamento anual.
- (E) Autorização em lei complementar, atender às condições da lei orçamentária anual e previsão na Constituição.

Redação Discursiva

Letícia Bastos

A eficiência administrativa no setor público é essencial para garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade. No Ministério Público da União, uma gestão eficiente contribui para a celeridade dos processos, a otimização dos recursos e o fortalecimento da transparência institucional. No entanto, desafios como a burocracia excessiva, a resistência a inovações tecnológicas e a falta de capacitação de servidores ainda dificultam a modernização da administração pública. Diante desse contexto, qual a importância da eficiência administrativa para o bom funcionamento do Ministério Público da União? Quais medidas podem ser adotadas para aprimorar a gestão e garantir maior transparência e qualidade nos serviços prestados pelo órgão?

Exponha o que pensa sobre o tema em um texto dissertativo-argumentativo, com extensão entre 20 e 30 linhas, utilizando linguagem culta e mantendo uma estruturação lógica.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



4º Simulado
Ministério Público da União
Cargo T01 – Técnico do MPU – Administração (Pós-Edital)

FOLHA DE RESPOSTAS

REDAÇÃO SOB MEDIDA

**Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.**

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva